

**PRIMEIROS SOCORROS EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA - UMA
CAPACITAÇÃO INCLUSIVA**

Jorge Guilherme Jucá Peixoto (contatoguilhermejuca@gmail.com)

Adjaine De Sousa Rocha (jainerocha1120@gmail.com)

Marcelo Pontes Alencar (marcelofontes2123@gmail.com)

Maria Beatriz Araujo Nascimento (mariabeaah@gmail.com)

Alexandre Araújo Freitas (alexandre.freitas@uniateneu.edu.br)

A presença de alunos com deficiência na educação básica brasileira exige mais do que boas intenções: demanda preparo técnico, sensibilidade e ações concretas de inclusão. Diante da obrigatoriedade da Lei nº 13.722/2018, que determina a capacitação em primeiros socorros nas escolas, surge a necessidade de ampliar esse olhar para as especificidades de estudantes que apresentam condições como epilepsia, TEA, TOD, deficiência intelectual ou distúrbios neurológicos. Este trabalho discute a importância de formações voltadas ao atendimento emergencial desses alunos, evidenciando a lacuna existente entre a legislação e a realidade escolar.

Ainda que o texto da lei represente um avanço importante em termos normativos, sua aplicação prática, especialmente no que se refere ao atendimento de alunos com deficiência, encontra obstáculos que vão desde a ausência de formação técnica até a falta de estrutura adequada nas instituições

de ensino. Em muitos casos, os profissionais da educação se veem diante de situações de emergência sem o preparo necessário para agir com a precisão e a empatia que esse público exige. Crianças com epilepsia, por exemplo, podem demandar intervenções rápidas e cuidadosas, e qualquer falha no atendimento pode gerar consequências graves. Da mesma forma, alunos com Transtorno do Espectro Autista podem ter reações atípicas em contextos de crise, exigindo abordagens específicas que considerem aspectos sensoriais e comportamentais.

Nesse contexto, a capacitação dos educadores deve ir além dos treinamentos genéricos, incorporando elementos que considerem a realidade cotidiana da escola inclusiva. É necessário trabalhar com estudos de caso, simulações práticas e protocolos adaptados a diferentes tipos de deficiência. A formação deve ser contínua, promovendo atualizações regulares e espaços para troca de experiências entre os profissionais. Além disso, é fundamental o envolvimento de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da saúde, psicólogos, terapeutas ocupacionais e familiares, a fim de construir um plano de ação coerente, eficaz e respeitoso. Quanto mais preparada a escola estiver para lidar com a diversidade em situações críticas, mais segura será a experiência escolar para todos os envolvidos.

A preparação adequada também fortalece o vínculo de confiança entre escola e família. Quando os responsáveis percebem que seus filhos estão em um ambiente onde há comprometimento com o cuidado, a segurança e o respeito às diferenças, o processo de inclusão deixa de ser apenas uma diretriz institucional e passa a ser vivido de forma concreta, diária e afetiva. Além disso, os próprios estudantes se sentem mais acolhidos, mais protegidos e mais pertencentes ao espaço educacional. Isso reflete diretamente em seu desenvolvimento, autoestima e participação no ambiente escolar. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva passa, inevitavelmente, pelo preparo técnico de seus profissionais, pela valorização das vidas que ali circulam e pela compreensão de que educar é, também, proteger. Investir na formação em primeiros socorros, com foco nos alunos com deficiência, não é apenas uma resposta a uma lei, é uma escolha ética e humana por uma educação mais justa, empática e comprometida com a integridade de todos.

Palavras-chave: inclusão escolar; primeiros socorros; deficiência; formação docente; segurança escolar.